

**Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento
Multimercado
(CNPJ nº. 06.290.634/0001-02)
(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.)
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente**



**UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
(CNPJ: 06.290.634/0001-02)**

**(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. – CNPJ:07.397.614/0001-06)**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**



**UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
(CNPJ: 06.290.634/0001-02)**

**(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ltda. – CNPJ:07.397.614/0001-06))**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

ÍNDICE	PÁGINAS
Relatório dos auditores independentes	1 a 4
Demonstração da composição e diversificação da carteira	5
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	6
Notas explicativas	7 a 18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RELATÓRIO DF 2022/015

Ào administrador e aos cotistas do

UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO** (“Fundo”), que compreendem a demonstração da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO** em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulados pela Instrução nº: 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **UNICRED LONG TERM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos:

– Aplicações em Títulos de renda fixa (Nota explicativa nº: 5)

Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo possui aplicado em Títulos de renda fixa público, especificamente em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, montantes que representam 57,20%, da sua carteira de ativos. Devido à relevância dos valores aplicados em títulos

de renda fixa, considerando, também, que esses ativos são alguns dos principais elementos que influenciam na valorização das cotas do patrimônio líquido e do resultado do Fundo, consideramos que esse é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos os seguintes procedimentos específicos de auditoria, que incluíram, mas não se limitam a: (i) obtivemos a composição detalhada das operações com títulos de renda fixa do Fundo e comparamos com os seus respectivos registros contábeis; (ii) recalculamos, por amostragem, a valorização das aplicações mantidas na carteira do Fundo, utilizando como base os valores de mercado; (iii) testamos a existência das operações com título de renda fixa, por meio, de conciliação das posições mantidas pelo Fundo com as informações fornecidas pelos custodiantes; e (iv) avaliamos da adequação das divulgações sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas de nº: 5.

Com base nas evidências obtidas, por meio, dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração e a existência dos registros das aplicações mantidas na carteira do Fundo, bem como, das divulgações no contexto das demonstrações contábeis, para as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

– Determinação do valor de mercado dos títulos imobiliários - Imóveis rurais (Notas explicativas nºs: 6) e 9))

A determinação do valor de mercado dos imóveis rurais registrados em títulos imobiliários foi considerada como principais assuntos de auditoria, devido a representatividade do montante registrado, complexidade da metodologia de mensuração utilizada e, pelo alto grau de julgamento na determinação das premissas adotadas na valorização desses imóveis, conforme descrito nas notas explicativas de nºs: 6) e 9). A Administração do Fundo contratou especialista externo para avaliação dos imóveis rurais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam à: (i) análise da atualização do valor de mercado dos investimentos comparando o saldo contábil registrado em 31 de dezembro de 2020, com o laudo de avaliação preparado por avaliador externo; (ii) análise da exatidão dos dados sobre os imóveis rurais fornecidos pela Administração do Fundo ao avaliador externo e utilizados na mensuração; (iii) revisão, pelos nossos especialistas, das informações que possam contradizer as premissas mais significativas e a metodologia selecionada, bem como, a competência do avaliador externo contratado pela Administradora do Fundo; (iv) inspeção da matrícula de imóvel que evidência o percentual de participação nos imóveis rurais; e (v) avaliação da adequação das divulgações sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas de nºs: 6) e 9), anteriormente mencionadas.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos razoável a metodologia utilizada para avaliação do valor de mercado dos imóveis rurais do Fundo no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação da demonstração da evolução do patrimônio líquido, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de março de 2021, sem modificações.

Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações contábeis

O Administrador é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos regidos pela Instrução CVM nº: 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A continuidade das operações de um Fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2022.



Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1

Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado
CNPJ nº. 06.290.634/0001-02

(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. –
CNPJ: 07.397.614/0001-06)

Demonstração da composição e diversificação da carteira
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Quantidade	Mercado/ Realização	% Sobre Patrimônio Líquido
Disponibilidades		1	0,01
Aplicações em operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Nota 4)		56	0,62
Títulos de renda fixa (Nota 5)			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	457	5.130	57,20
Títulos Imobiliários – Imóveis Ruais (Nota 6)			
Fazenda Velhas e Ventenas		2.455	27,38
Fazenda São Domingos		1.346	15,01
Total do ativo		8.988	100,22
Valores a pagar		20	0,22
Total do passivo		20	0,22
Patrimônio líquido		8.968	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		8.988	100,22

As notas explicativas do Administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado
CNPJ nº. 06.290.634/0001-02

(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. –
CNPJ: 07.397.614/0001-06)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de Reais)

	2021	2020
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 4.011.086,28 cotas a R\$ 2,169813* cada	8.703	
Representado por 4.011.086,28 cotas a R\$ 1,964439* cada		7.880
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	8.703	7.880
Composição do resultado do exercício		
Receitas		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	2	2
Receitas de títulos e valores mobiliários (Nota 5)	221	142
Valorização a valor justo (Nota 5)	16	32
Outras rendas operacionais (Nota 9)	262	907
	501	1.083
Despesas		
Desvalorização a valor justo (Nota 5)	(9)	(41)
Taxa de fiscalização – CVM	(6)	(6)
Taxa de administração (Nota 10)	(45)	(60)
Custódia	(2)	(2)
Cetip/Selic	(6)	(6)
Serviços advocatícios	(6)	(6)
Serviços de vigilância	(142)	(131)
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(20)	(8)
	(236)	(260)
Resultado do exercício	265	823
Patrimônio líquido no final exercício		
Representado por 4.011.086,28 cotas a R\$ 2,235926* cada	8.968	
Representado por 4.011.086,28 cotas a R\$ 2,169813* cada		8.703

(*) Em unidades de reais.

As notas explicativas do Administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 - Contexto operacional

O Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado ("Fundo") é uma comunhão de recursos, constituído em 03 de junho de 2004, sob a forma de condomínio aberto e sem prazo de duração determinado, destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários admitidos pela legislação em vigor, inclusive a Instrução nº 555/2014 publicada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observadas as limitações de sua política de investimento.

Podem participar do Fundo, unicamente, associados (cooperados) do Sistema Unicred que buscam obter ou oferecer níveis de rentabilidade compatíveis com aqueles geralmente obtidos no mercado financeiro, e que sejam investidores profissionais, nos termos do artigo 129 da Instrução CVM 555/2014.

A política de investimento do Fundo consiste em atuar com flexibilidade em diversos mercados, com destaque para os de renda fixa, moedas estrangeiras, índice de inflação, taxa de juros e Bolsa de Valores, com o objetivo de buscar as melhores oportunidades do momento, e, com isso, propiciar aos seus cotistas, valorização de suas cotas, mediante a aquisição de Ativos Financeiros.

O Fundo pode participar de operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura exclusivamente para fins de hedge.

Fica expressamente ressalvado que:

- a) as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, seguros de quaisquer espécies ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop;
- b) em decorrência da possibilidade de adoção de política de investimento agressiva pelo Administrador poderá:
 - b.1) ocorrer perda do capital investido; e
 - b.2) ensejar a obrigação do cotista em cobrir, conforme sua participação em cotas, eventuais perdas do Fundo frente a terceiros, em caso de patrimônio líquido negativo.

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regidos pela Instrução CVM nº 555/2014, previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Administrador do Fundo em 29 de março de 2022.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

Apuração do resultado – as receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

Aplicações em operações compromissadas – são operações com compromisso de recompra com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

Títulos de renda fixa – De acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 577, de 07 de julho de 2016, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas: títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento, de acordo com a intenção de negociação do Administrador, atendendo os seguintes critérios para contabilização:

- Títulos para negociação: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizado pelo valor justo, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo valor justo no mercado ou a melhor estimativa deste valor. As principais fontes de precificação são: Anbima, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Sisbacen e FGV.

A metodologia adotada para a precificação considera a coleta de informações disponíveis no mercado, ajustados ao modelo do Administrador, que visa atualizar os ativos dos fundos de investimento por uma estimativa mais próxima possível dos valores efetivamente realizáveis no mercado financeiro.

Os títulos de dívida pública são valorizados de acordo com os valores e preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais- ANBIMA ou, na ausência destes, pelo preço definido pelo prestador de serviço de análise de risco do Fundo que melhor reflita seu valor de venda.

- Títulos mantidos até o vencimento: incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tais pela regulamentação editada pela CVM relativa aos fundos de investimento;
- Que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento; e
- Que todos os cotistas que ingressarem no Fundo a partir da classificação nesta categoria declarem formalmente, por meio do termo de adesão ao regulamento do mesmo, sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo na categoria mencionada neste item.

Nota 4 - Aplicações em operações compromissadas

Operação realizada no montante de R\$ 56, com o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob em condições e prazos compatíveis com as usuais de mercado. O vencimento dessas operações ocorreu em 03 de janeiro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Fundo apurou receita com operações compromissadas de R\$ 2 (2020 - R\$ 2).

Nota 5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Títulos para negociação

O montante, natureza, faixas de vencimento, os valores de custo atualizado e o valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação em 31 de dezembro de 2021, eram os seguintes:

	Custo atualizado	Valor Justo	Vencimentos	
			Até 365 dias	Acima 365 dias
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	5.132	5.130	-	5.130

Resultado da valorização e desvalorização a valor justo

	2021	2020
Valorização a valor justo	16	32
Desvalorização a valor justo	(9)	(41)
Total	7	(9)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Fundo apurou receita com títulos e valores mobiliários de R\$ 228 (2020 – R\$ 133).

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo pode participar de operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura exclusivamente para fins de hedge.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Nota 6 – Títulos Imobiliários – Imóveis Ruais

	2021	2020
Valores a receber	3.801	3.539
Fazenda Velhas e Ventenas	2.455	2.288
Fazenda São Domingos	1.346	1.251
Total	3.801	3.539

O Fundo possui uma fração de 40,00% da Fazenda Velhas e Ventenas (matrícula 1.768 no RGI de Barbacena), situada em Barbacena, Minas Gerais, e uma fração de 44,44% da Fazenda São Domingos (matrícula 5.100 no RGI de Santos Dumont), situada em Santos Dumont, Minas Gerais, objeto de execução da garantia fiduciária de cédulas de crédito bancário emitidas pela Indústria de Papéis Sudeste e Papéis Paraibuna, cuja consolidação da propriedade ocorreu, conforme anotações de 23/05/2012 e 28/06/2012, respectivamente, nas matrículas junto aos registros de imóveis.

As propriedades foram avaliadas por empresas especializadas e contabilizadas a valor de mercado em 31 de dezembro de 2019 (vide nota 9). Os valores das propriedades foram atualizados a valor de mercado, conforme laudo de avaliação da empresa MK Engenharia de Avaliações.

Nota 7 - Gerenciamento de riscos

(a) Tipos de riscos:

Risco de mercado

É o risco associado às flutuações de preços e cotações nos mercados de câmbio, juros e bolsas de valores dos ativos que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo. Entre os fatores que afetam estes mercados, destacamos fatores econômicos gerais, tanto nacionais quanto internacionais, tais como ciclos econômicos, política econômica, situação econômico-financeira dos emissores de títulos e outros. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o patrimônio líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Risco de crédito

É o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos títulos que compõem a carteira. Neste caso, o efeito no Fundo é proporcional à participação na carteira do título afetado. O risco de crédito está associado à capacidade de solvência do Tesouro Nacional, no caso de títulos públicos federais, e ao da empresa emissora do título, no caso de títulos privados.

Risco de liquidez

É o risco associado à ausência de demanda pelos ativos que compõem a carteira, tanto por questões relacionadas diretamente ao ativo ou por fatores específicos do mercado em que este ativo é negociado. Neste caso, o Fundo poderá: (i) encontrar dificuldades para converter seus ativos em reservas (caixa) e atender a eventuais saques de seus cotistas; e/ou (ii) liquidar posições oferecendo descontos nos preços dos ativos para fazer caixa acarretando em perdas ao Fundo.

Por meio de estudo estatístico dos fluxos passados do Fundo e metodologia de concentração de carteira, o Fundo sempre dispõe de uma parcela líquida para atender a sua rotina de resgates, de forma a minimizar seu efeito na rentabilidade da carteira. Além disso, a liquidez de cada ativo é constantemente analisada, sendo utilizada na decisão de investimento ou permanência do ativo na carteira.

(b) Controles relacionados aos riscos

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- Estimar as perdas máximas potenciais do Fundo por meio do VaR ("Value at Risk");
- Definir parâmetros para avaliar se as perdas estimadas estão de acordo com o perfil do Fundo, se agressivo ou conservador; e
- Avaliar as perdas do Fundo em cenários de stress.

Todas as posições do Fundo são tomadas após detalhada avaliação dos fundamentos da economia. O comitê de investimento fornece o cenário base para o período de exposição e os principais riscos associados.

Os métodos utilizados pelo Administrador para gerenciar os riscos a que o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

(c) Análise de sensibilidade

i. Metodologia:

Cada fator de risco de mercado considerado relevante foi sensibilizado com aplicações de choques de mais e menos 1% (cenário provável), mais e menos 25% (cenário 1) e de mais e menos 50%, (cenário 2) e as maiores perdas, por fator de risco, foram apresentadas em percentual do Patrimônio Líquido do Fundo na data da demonstração Financeira.

ii. Fatores de risco considerados na análise:

Taxas de Juros

Aplicação de choques de mais e menos 1%, 25% e 50% nas curvas de juros pré-fixadas, cupons de inflação e cupons de moedas e reprecificação dos ativos e derivativos sensíveis a essas curvas, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

	Fator de Risco	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
Taxa de Juros	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros	0*	(1)*	(1)

(*) Valores inferiores a R\$ 1.000

Nota 8 - Emissões e resgates de cotas

Na emissão de cotas, é utilizado o valor da cota calculada pelo Administrador ou intermediário, no encerramento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos investidos, após o fechamento dos mercados em que o Fundo atua.

Para fins de resgate de cotas, não haverá qualquer prazo de carência, podendo ser solicitado a qualquer momento, sendo pago no 1º (primeiro) dia útil da solicitação do resgate e o seu valor será calculado no encerramento do mesmo dia, após o fechamento dos mercados em que o Fundo atua.

Nota 9 – Outras rendas operacionais

O fundo registrou em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 2.632 referente ao reconhecimento de participação na Fazenda Velhas e Ventenas e na Fazenda São Domingos dadas como dação em pagamento dos certificados de crédito bancário que haviam sido emitidos pela Indústria de Papéis Sudeste e Papéis Paraibuna, cuja consolidação da propriedade ocorreu, conforme anotações de 23/05/2012 e 28/06/2012, respectivamente, nas matrículas junto aos registros de imóveis.

A Fazenda Velhas e Ventenas, na qual o Fundo possui participação de 40%, foi avaliada no valor de R\$ 4.395 e a Fazenda São Domingos, onde 44,44% pertence ao Fundo, foi avaliada por no valor de R\$ 1.967, segundo laudo emitido pela empresa Consult Soluções Patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2020, houve reajuste a valor de mercado no valor de R\$ 907 referente às participações nas fazendas, conforme laudo de avaliação emitido pela empresa MK Engenharia de Avaliações, datado em 30 de dezembro de 2021, onde a Fazenda Velhas e Ventenas foi avaliada por R\$ 5.720 e a Fazenda São Domingos por R\$ 2.816.

Em 23 de dezembro de 2021, os valores registrados foram ajustados ao valor de mercado em R\$ 262, conforme novo laudo de avaliação emitido pela empresa MK Engenharia de Avaliações, datado em 13 de dezembro de 2021, no qual a Fazenda Velhas e Ventenas foi avaliada por foi avaliada por R\$ 6.137 e a Fazenda São Domingos por R\$ 3.029.

Nota 10 - Remuneração do Administrador

Até 30 de junho de 2021, o Fundo pagava uma taxa de administração calculada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo à razão de 0,60% ao ano sendo garantido ao Administrador o valor mínimo mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A partir de 1º de julho de 2021, o Fundo passou a pagar uma taxa de administração calculada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo à razão de 0,30% ao ano sendo garantido ao Administrador o valor mínimo mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurada remuneração de R\$ 45 (2020 – R\$ 60).

O regulamento não prevê a cobrança de taxa de performance, taxa de ingresso e taxa de saída.

Nota 11 - Gestão, custódia, tesouraria, distribuição, escrituração e controladoria

Os serviços de custódia, tesouraria, distribuição de cotas, escrituração e controladoria são executados pelo Banco Sicoob.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo próprio Administrador.

Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado
CNPJ nº. 06.290.634/0001-02

(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. –
CNPJ: 07.397.614/0001-06)

Notas explicativas do Administrador às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos públicos federais e os títulos representativos das operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, do Banco Central do Brasil.

O Fundo paga ao custodiante uma taxa máxima de custódia equivalente a 0,08% sobre o Patrimônio Líquido.

Nota 12 - Outras despesas administrativas

Foram debitados do Fundo valores referentes às seguintes despesas:

	2021	2020
Publicação e auditoria	7	6
Outras	13	2
Total	20	8

Nota 13 - Operações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, o fundo possuía um saldo de conta corrente de R\$ 1 (2020 - R\$ 10) com o Banco Sicoob.

Adicionalmente, ao longo do exercício, o Fundo realizou operações compromissadas com parte relacionada ao Administrador, conforme tabela abaixo.

Operações compromissadas com partes relacionadas			
Mês/Ano	Operações compromissadas realizadas com partes relacionadas/ total de operações compromissadas	Volume médio diário/ Patrimônio médio diário do Fundo	Taxa Média contratada/Taxa SELIC
janeiro/2021	100,00%	1,48%	100,00%
fevereiro/2021	100,00%	1,27%	100,00%
março/2021	100,00%	1,11%	100,00%
abril/2021	100,00%	0,88%	100,00%
maio/2021	100,00%	0,61%	100,00%
junho/2021	100,00%	0,39%	100,00%
julho/2021	100,00%	0,16%	100,00%
agosto/2021	100,00%	0,74%	100,00%
setembro/2021	100,00%	0,62%	100,00%
outubro/2021	100,00%	0,38%	100,00%
novembro/2021	100,00%	0,21%	100,00%
dezembro/2021	100,00%	0,63%	100,00%

Durante o exercício de 2021 o Banco Sicoob prestou serviços ao Fundo de custódia no valor de R\$ 2 (2020 – R\$ 2) e de controladoria no valor de R\$ 7 (2020 – R\$ 9).

Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo possuía um saldo a pagar ao Banco Sicoob inferior a R\$ 1 (2020 – inferior a R\$ 1) a título de custódia e inferior a R\$ 1 (2020 – R\$ 1) a título de controladoria.

O Fundo não possuía, na data de fechamento, aplicações em títulos emitidos pelo Administrador ou parte a ele relacionada.

Nota 14 - Legislação tributária

As aplicações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitas a qualquer tributação.

Seguindo a expectativa do Administrador e do gestor de manter a carteira do Fundo com prazo médio superior a 365 dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005 estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação, compreendido entre a data de aplicação e a data do resgate:

- I . 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II . 20,0% em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias;
- III . 17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias;
- IV . 15,0% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Independentemente do resgate das cotas, haverá a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%, pela diminuição automática semestral da quantidade de cotas, correspondente ao valor do imposto de renda retido na fonte, sempre no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano. Por ocasião do resgate, aplicar-se-á a alíquota complementar, caso aplicável, calculada em função do prazo decorrido de cada aplicação, conforme descrito.

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estarão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota do IOF será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específica não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

Nota 15 - Distribuição de resultados

O Fundo incorporará ao seu patrimônio líquido os rendimentos que porventura forem distribuídos pelos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros que compõem a sua carteira, observando-se os prazos e condições de pagamento atinentes a cada título.

Nota 16 - Política de exercício do direito de voto do Fundo

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos cotistas, o Administrador adota política de exercício de direito de voto em Assembleias gerais de fundos de investimento e companhias emissoras dos ativos detidos pelo Fundo, disponível em sua sede e registrada na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. A Política disciplina os princípios gerais, o processo decisório, as matérias obrigatórias e orienta as decisões do Administrador.

Nota 17 - Divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede do Administrador e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Nota 18 - Rentabilidades

A rentabilidade acumulada e o patrimônio líquido médio diário do Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram 3,05% e R\$ 8.676, respectivamente. Nos últimos 12 meses, os principais indicadores foram:

Data	PL Médio	R\$	Rentabilidade Fundo (%)		CDI (%)	
		Vlr. da Cota	Mensal	Acumulada	Mensal	Acumulada
31/12/2020	7.839	2,16981365	-	-	-	-
29/01/2021	8.695	2,16638992	-0,16%	-0,16%	0,15%	0,15%
26/02/2021	8.682	2,16256921	-0,18%	-0,33%	0,13%	0,28%
31/03/2021	8.670	2,16006455	-0,12%	-0,45%	0,20%	0,49%
30/04/2021	8.660	2,15825963	-0,08%	-0,53%	0,21%	0,69%
31/05/2021	8.651	2,15642324	-0,09%	-0,62%	0,27%	0,97%
30/06/2021	8.648	2,15583965	-0,03%	-0,64%	0,31%	1,28%
30/07/2021	8.648	2,15655154	0,03%	-0,61%	0,36%	1,64%
31/08/2021	8.653	2,15841379	0,09%	-0,53%	0,43%	2,07%
30/09/2021	8.663	2,16090070	0,12%	-0,41%	0,44%	2,52%
29/10/2021	8.673	2,16351376	0,12%	-0,29%	0,49%	3,02%
30/11/2021	8.685	2,16658013	0,14%	-0,15%	0,59%	3,63%
31/12/2021	8.779	2,23592573	3,20%	3,05%	0,77%	4,42%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Nota 19 - Demandas judiciais

O cotista "Unicred" e o Fundo "Unicred Long Term CP FIM" deliberaram a propositura de ação judicial, em polo ativo, em face da Global Capital 2000 Administradora de Recursos Financeiros S.A. e BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para o devido ressarcimento das perdas geradas no Fundo em função da aquisição de cédulas de crédito bancário em valor superior ao limite previsto nos artigos 102 e 103 da Instrução CVM nº 555/2014 e sem aprovação do comitê de investimento.

Contra a consolidação da propriedade de imóveis objeto de garantia vinculada nas mencionadas cédulas, encontra-se em curso ação impetrada pela devedora e sua garantidora.

De outro lado, o Fundo patrocinou ações de reintegração e manutenção de posse dos referidos imóveis, em curso nas comarcas de Barbacena/MG sob o nº 0178639-15.2012.8.13.0056 em tramite na 3ª Vara Cível e de Santos Dumont/MG sob o nº 0057742-51.2012.8.13.0607 em tramite na 1ª Vara Cível/Crime.

**Unicred Long Term Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado
CNPJ nº. 06.290.634/0001-02**

**(Administrado pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. –
CNPJ: 07.397.614/0001-06)**

Notas explicativas do Administrador às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, o Administrador confirma a inexistência de demandas judiciais em que figure no polo passivo, envolvendo o Administrador do Fundo no que diz respeito às atividades de gestão de recursos de terceiros.

Nota 20 - Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 577, de 07 de julho de 2016, o Administrador não contratou outros serviços relacionados às atividades de gestão de recursos de terceiros junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis do Fundo.

Nota 21 – Outras informações

(a) Alteração de regulamento

Em 1º de julho de 2021, foi realizada alteração no regulamento do fundo no que diz respeito a denominação social do Administrador e do custodiante, e redução da taxa de administração não havendo assembleia em função do previsto no inciso II e III do art. 47 da Instrução Normativa nº CVM 555, de 17 de dezembro de 2014.

Em 06 de setembro de 2021, foi realizada alteração no regulamento do fundo para alteração/inclusão de nova página na internet (www.sicoob.com.br/bancosicoob-dtvm), novo e-mail (dtvm@sicoob.com.br) e novas referências ao SAC (BANCO SICCOOB 0800 724 4420) e à Ouvidoria (BANCO SICCOOB 0800 646 4001), não havendo assembleia em função do previsto no inciso II do art. 47 da Instrução Normativa nº CVM 555, de 17 de dezembro de 2014.

(b) Combate aos efeitos da Crise COVID-19

No ano de 2021, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação e continuidade da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19).

O Banco Sicoob, empresas ligadas e fundação patrocinada têm implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia de Covid-19.

* * *

Primo João Cracco Contador CRC-SP 149.703/O - 2	Ricardo de Almeida Horta Barbosa Diretor de Administração Fiduciária
--	---